

**ESTUDOS SOCIODEMOGRÁFICOS E ANÁLISES ESPACIAIS
REFERENTES AOS MUNICÍPIOS COM A EXISTÊNCIA DE
COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS**

RELATÓRIO TÉCNICO PRELIMINAR

Rio de Janeiro
Agosto de 2007

ÍNDICE

1 - APRESENTAÇÃO	1
2 - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.	1
3 - ASPECTOS DE AMOSTRAGEM NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000	5
<i>3.1 Planejamento e Seleção da Amostra</i>	<i>5</i>
<i>3.2 Ponderação das Unidades da Amostra</i>	<i>6</i>
<i>3.3 Avaliação da Precisão das Estimativas</i>	<i>6</i>
<i>3.4 Outras Considerações</i>	<i>7</i>
4 - ASPECTOS GEOGRÁFICOS.	7
5- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO AUTODECLARADA PRETA E PARDA.....	10
<i>5.1 Região Norte.....</i>	<i>13</i>
<i>5.2 Região Nordeste</i>	<i>17</i>
<i>5.3 Região Sudeste</i>	<i>21</i>
<i>5.4 Região Sul.....</i>	<i>26</i>
<i>5.5 Região Centro-Oeste</i>	<i>30</i>
<i>5.6 Distribuição da População Autodeclarada Preta e Parda para um Nível Maior de Desagregação Espacial.....</i>	<i>33</i>
6- CONCLUSÃO.	38
5- REFERÊNCIAS.....	40

“Estudos Sociodemográficos e Análises Espaciais referentes aos Municípios com a Existência de Comunidades Remanescentes de Quilombos”.

Produto 1: “Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a Cor ou Raça – Pretos e Pardos”

1. Apresentação

Este documento tem por objetivo apresentar os aspectos técnicos e metodológicos utilizados na elaboração do primeiro resultado do Acordo 914BRA3031 – IBGE/SEPPIR, “Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a Cor ou Raça – Pretos e Pardos”, que consiste em um mapa em escala nacional com informação da população que se declarou preta e parda no Censo Demográfico 2000.

A análise foi realizada utilizando o quesito da cor ou raça do Censo Demográfico 2000 que foi a base para o desenvolvimento das diversas classificações do projeto. O conhecimento dos autodeclarados pretos e pardos residentes nas áreas urbanas e rurais servirá de alicerce para a aplicabilidade de futuras políticas públicas.

2. Descrição dos Mecanismos Utilizados

Com base nos dados da pesquisa do Censo Demográfico 2000 (resultados da amostra) as informações foram tabuladas utilizando-se o

software REDATAM¹ (Recuperación de Datos para Áreas pequeñas por Microcomputador), que permite trabalhar um grande conjunto de dados, correspondendo ao microdados, com informação que descreve cada um dos milhões de registros de pessoas e domicílios, municípios e outras unidades administrativas ou geográficas de vários censos, pesquisas e outras fontes de informação para um país como um todo.

As informações foram geradas para todos os municípios das Unidades da Federação e posteriormente, desagregadas pelo conjunto de setores censitários² (agrupados em áreas de ponderação) visando à representação espacial. A definição e área de ponderação está apresentada no item Aspectos de Amostragem no Censo Demográfico de 2000, mais adiante..

Essa primeira etapa foi realizada na Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS/DPE/IBGE que gerou a base de dados necessária à Coordenação de Geografia – CGEO/DGC/IBGE para a elaboração do mapa temático relativo às pessoas que se declararam pretas ou pardas no Censo Demográfico 2000.

Posteriormente, as informações das cinco regiões brasileiras foram reunidas para a elaboração do mapa Brasil para o conjunto dos setores censitários (segundo áreas de ponderação) que está sendo apresentado em papel e pdf. Para esse processo foi utilizado o *software* Arc View, que consiste num *desktop* Gis (sistema de mapeamento adequado para o uso em microcomputador) que carrega dados espaciais e tabulares transformados em mapas. No Arcview visualizam-se informações de modo a revelar novas relações, modelos e tendências a partir dos arquivos da base de dados.

Para o trabalho, foram utilizadas ferramentas específicas dos *softwares* REDATAM, Excel e Arcview, no que foi possível tratar, tabular, analisar e disseminar as informações geradas.

¹ Programa desenvolvido pelo Centro Latinoamericano de Demografia – CELADE.

²Setor Censitário: é a unidade territorial de coleta, formada por área contínua, situada em um único Quadro Urbano ou Rural, com dimensões e número de domicílios ou de estabelecimentos que permitam o levantamento das informações por um único agente credenciado. Seus limites devem respeitar os limites territoriais legalmente definidos e os estabelecidos pelo IBGE para fins estatísticos.

3. Aspectos de Amostragem no Censo Demográfico de 2000

3.1 Planejamento e Seleção da Amostra

Tal como nos censos anteriores, desde 1960, no Censo Demográfico de 2000 também foi utilizada a técnica de amostragem na coleta de dados para a investigação de algumas características selecionadas. O desenho amostral adotado compreende a seleção sistemática e com equi-probabilidade, dentro de cada setor censitário, de uma amostra dos domicílios particulares e das famílias ou componentes de grupos conviventes recenseados em domicílios coletivos, com fração amostral constante para setores de um mesmo município. Para a realização do Censo Demográfico de 2000, da mesma forma que no Censo de 1991, foram definidas duas frações amostrais distintas: 10% para os municípios com população estimada³ superior a 15.000 habitantes e 20% para os demais municípios.

Na coleta das informações do Censo 2000, foram usados dois modelos de questionário:

- um questionário básico aplicado nas unidades não selecionadas para a amostra e contendo perguntas referentes às características que foram investigadas para 100% da população;
- um segundo questionário aplicado somente nos domicílios selecionados para a amostra contendo, além das perguntas que também constam do questionário básico, outras perguntas mais detalhadas sobre características do domicílio e de seus moradores, referentes aos temas religião, cor ou raça, deficiências, migração, escolaridade, fecundidade, nupcialidade, mão-de-obra e rendimento.

Em todo o território nacional foram selecionados 5 304 711 domicílios para responder ao questionário da amostra, o que significou uma fração amostral da ordem de 11,7%. Nesses domicílios foram levantadas as informações para todos os seus moradores, totalizando 20 274 412 pessoas.

³ Estimativas de população para o ano de 2000, baseadas nas projeções realizadas pelo próprio IBGE.

3.2 Ponderação das Unidades da Amostra

Para expansão dos dados coletados pelos questionários da amostra do Censo Demográfico de 2000, foram calculados pesos para cada um dos domicílios pesquisados, que foram atribuídos ao próprio domicílio e a cada um de seus moradores. O método utilizado para obtenção dos pesos foi um processo de calibração em relação a um conjunto de variáveis auxiliares para as quais se conhecem os totais populacionais, já que tais variáveis auxiliares foram levantadas pelo questionário básico, aplicado separadamente para cada área de ponderação.

Define-se *Área de Ponderação* como sendo uma unidade geográfica formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, criada especialmente para a aplicação dos procedimentos de expansão da amostra.

As áreas de ponderação foram definidas considerando critérios que envolvem o tamanho mínimo, em número de domicílios na amostra, e as divisões administrativas internas do município, sempre que possível. Com esses critérios, 484 municípios tiveram mais de uma área de ponderação. Os demais 5 023 municípios tiveram apenas uma área de ponderação. E com isso, foram definidas 9 336 áreas de ponderação para o Brasil.

3.3 Avaliação da Precisão das Estimativas

As conclusões de uma pesquisa por amostragem devem ser apoiadas nas estimativas produzidas, que por sua vez são calculadas considerando os pesos amostrais, associados às unidades da amostra, de acordo com o plano amostral definido e com os estimadores usados. Essas estimativas têm uma variabilidade que é inerente ao processo de amostragem. Assim, a avaliação dos chamados erros amostrais é um ponto fundamental, pois dela decorre o grau de confiança nas conclusões analíticas que subsidiam a tomada de decisão. Para cada estimativa derivada da pesquisa é possível obter uma medida de precisão que auxilia na análise e interpretação dos dados.

Os erros amostrais podem ser avaliados através das estimativas dos coeficientes de variação ou dos erros padrão calculados a partir das estimativas das variâncias, que são calculadas levando em consideração o esquema de amostragem utilizado. O erro padrão pode então ser utilizado para construir intervalos de confiança que conterão o valor do total populacional, com uma certa probabilidade decorrente do nível de confiança desejado na tomada de decisão.

Para facilitar uma avaliação da qualidade das estimativas divulgadas nas publicações dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000, foram calculados e apresentados naquelas publicações os valores de erros padrão associados a tamanhos de estimativas pré-definidos.

3.4 Outras Considerações

Para o conhecimento detalhado de todos os processos que envolveram a realização do Censo Demográfico 2000, desde as etapas de planejamento e organização da operação, passando pelas novas tecnologias e sistemas desenvolvidos especificamente para a pesquisa, chegando até às diversas formas de disseminação e divulgação dos resultados, foi divulgada o publicação Metodologia do Censo Demográfico 2000, volume 25 da Série Relatórios Metodológicos.

Nesse volume, são descritos também os métodos utilizados para o cálculo dos fatores de expansão dos dados coletados pelos questionários da amostra do Censo Demográfico 2000, detalhando a ponderação das unidades da amostra, a definição das áreas de ponderação, análise da qualidade da calibração, avaliação da precisão das estimativas, dentre outras.

4. Aspectos Geográficos

No estudo desenvolvido ao longo da pesquisa, adotou-se como referência territorial a divisão regional do Brasil definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que divide o país em 5 grandes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, totalizando uma área de

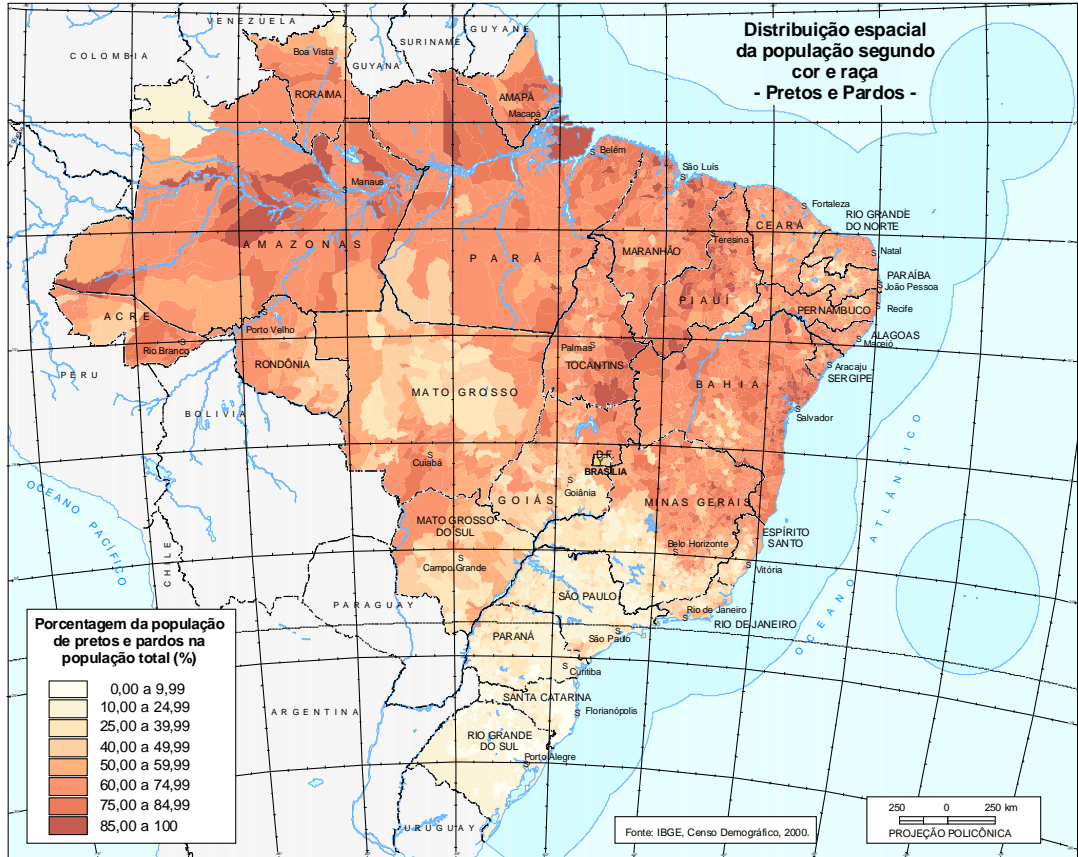
8.514.876 km² e população residente total de 169.799.170 habitantes, em 2000.

As grandes regiões são definidas pelo IBGE, que tem como parte de sua missão institucional a atribuição de elaborar divisões regionais do território brasileiro com a finalidade básica de viabilizar a agregação e a divulgação de dados estatísticos. A atual divisão macrorregional do Brasil foi estabelecida em 1970 e vigora até os dias de hoje.

Além das grandes regiões, outros recortes territoriais existentes são as Unidades da Federação (unidades de maior hierarquia dentro da estrutura político-administrativa do país), Municípios (unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do país) e Setores Censitários (unidades de coleta de informações do IBGE). Os dados disponibilizados por cor ou raça tiveram como unidade geográfica mais detalhada o conjunto dos setores censitários que compõem as áreas de ponderação.

O presente relatório apresenta os resultados dos estudos realizados para a população residente que se declarou preta ou parda nas Grandes Regiões do Brasil.

Distribuição espacial da população segundo cor ou raça - Pretos e Pardos -



5. A distribuição Espacial da População Autodeclarada Preta e Parda no Brasil

Ao se abordar a questão da distribuição espacial da população preta e parda no Brasil, conforme revelado no Mapa acima, deve-se levar em consideração, além da quantificação e da caracterização dessa população nos censos demográficos, as informações básicas relacionadas à sua dinâmica demográfica e situação sócio-econômica, fundamentais para o conhecimento de suas diversidades e para a compreensão das relações interétnicas na população brasileira (IBGE, 2000).

Nessa perspectiva, Castro (2004) observa que a relevância da utilização de categorias da análise qualitativa das ciências sociais, como forma de evitar a simplificação da percepção dessas diversidades, fundamenta-se na idéia de que a compreensão apoiada somente nos dados quantitativos corre o risco de obscurecer processos fundamentais ao entendimento da dinâmica populacional, como a formação social e econômica, a origem, a composição e as identidades dos grupos, que constituem motivações fortes nas estratégias de reprodução e nos processos de deslocamento espacial, colocando o desafio metodológico de pensar o presente na relação com as particularidades de sua formação histórica.

Dessa forma, estudos relacionados às diversas formações histórico-sociais da população brasileira, vêm sendo desenvolvidos pela demografia histórica, que tem como objeto de estudo, além do campo estrito dos fenômenos tidos como puramente demográficos, os demais campos das Ciências Sociais, através do uso sistemático de corpos documentais, quantitativos e qualitativos, homogêneos, seriais e momentâneos, aliados à aplicação de conceitos, métodos e técnicas rigorosas, emprestados da Demografia, da Antropologia, da Sociologia, do Direito e da Economia (MARCÍLIO, 1997).

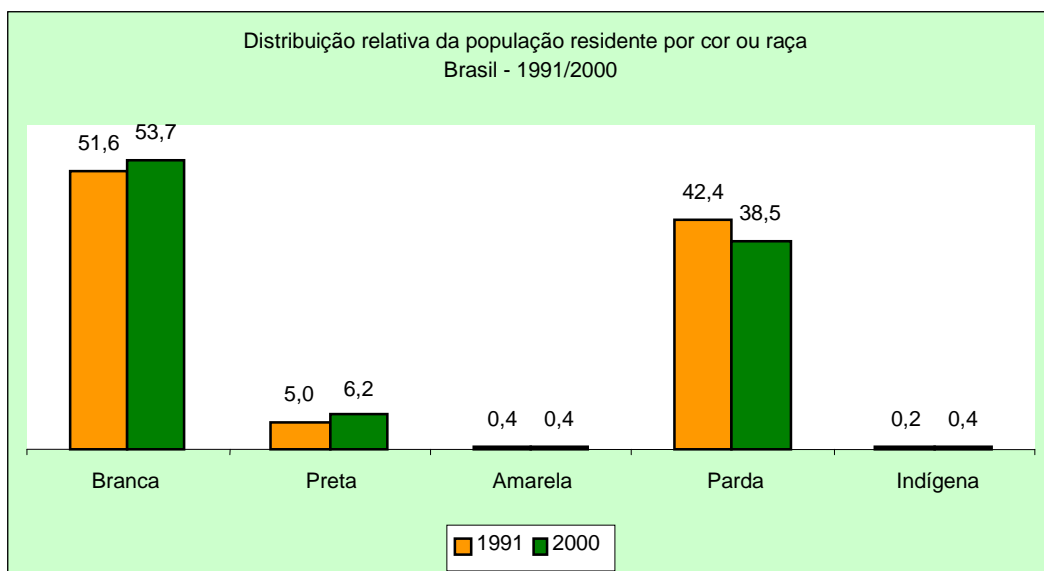
Numa perspectiva histórica, cabe observar que o processo de introdução da população de cor preta no território nacional acompanhou, de maneira geral, os diferentes ciclos que marcaram a economia da Colônia e do Império,

estando os principais mercados de importação do negro situados em São Luis, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, que se constituíram em importantes centros de dispersão do povoamento localizados entre alguns dos recortes mais importantes do litoral, como o Golfão Amazônico, o Golfão Maranhense, a Baía de Todos os Santos, a Baía da Guanabara e o Estuário de Santos.

Dessa forma, a cultura canavieira foi responsável pela introdução do negro na Zona da Mata Nordestina e no Recôncavo Baiano, enquanto as companhias de comércio e a lavoura do algodão tiveram esse papel no Maranhão, no Piauí e no Ceará e o ciclo da mineração para Minas Gerais e no Planalto Central, e o ciclo do café foi o responsável pela presença do negro na Zona da Mata e sul de Minas, no Vale do Paraíba e na região de Campinas.

Da mesma maneira, deve-se registrar a importância das intensas migrações secundárias das populações escravas ocorridas no Nordeste açucareiro em benefício das áreas de mineração, assim como a migração dessas populações verificada após o declínio da atividade mineradora em direção às fazendas de café do Vale do Paraíba, verdadeiros êxodos populacionais que ajudaram a interiorizar o negro no País. De forma coerente, as áreas de maior ocorrência da população de cor parda correspondem, justamente, às áreas em que a ocupação do solo foi feita pelo trabalho escravo, vale dizer, o Maranhão, a Zona da Mata nordestina, o Recôncavo baiano e larga porção do Sudeste (RODRIGUES, 1970).

Feitas essas considerações iniciais referentes à distribuição espacial do negro em escala nacional, passa-se agora à análise, em escala macro-regional, da população de cor preta e parda, observando-se que, conforme as informações do Censo de 2000, o Brasil possuía uma população de cerca de 170 milhões de habitantes naquele ano, dos quais 91 milhões se classificaram como brancos (53,7%), 65 milhões como pardos (38,5%), 10,5 milhões como pretos (6,2%), 762 mil como amarelos (0,4%) e 734 mil como indígenas (0,4%).



Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000

No nível macro-regional, a população de cor preta distribuiu-se pelo território nacional, na proporção de 6,1% na Região Norte, 34,9% no Nordeste, 45% no Sudeste, 8,9% no Sul e 5,1% na Região Centro-Oeste, enquanto em relação à população identificada como parda, 12,6% encontram-se na Região Norte, 42,4% no Nordeste, 32,7% no Sudeste, 4,4% no Sul e 7,8% no Centro-Oeste.

Em linhas gerais, as populações das regiões Sul e Sudeste, que representavam 57% do total do país em 2000, mantêm praticamente as mesmas características de composição por cor ou raça verificadas no Censo de 1991, enquanto nas regiões Norte e Nordeste ocorreram mudanças significativas entre os dois censos e na Região Centro-Oeste verificaram-se algumas alterações.

Com efeito, segundo os dados censitários de 2000, houve um decréscimo de 10% na participação da população parda na Região Norte e de 8% na Região Nordeste, em relação a 1991, simultaneamente a um acréscimo entre 6% e 7% na participação da população que se identifica como branca nessas regiões. Por outro lado, a participação da população de cor preta na população total teve um acréscimo em torno de 2% em ambas regiões, resultando, entretanto, dada sua pequena participação na população total, ser mais significativa a referência à variação relativa de seus percentuais de participação, sendo de 50% na Região Norte e de 34% na Região Nordeste.

Região Norte

A Região Norte abrange uma área de 3.853.327 km², que corresponde a 45,3% da área total do país. Nos aspectos demográficos, segundo o Censo 2000, a Região Norte tinha uma população de 12.900.704, que correspondia a 7,6% do total nacional. No universo populacional da Região Norte, 69,9% da população era urbana, enquanto 30,1% estavam na categoria de população rural.

A Região Norte é um espaço geográfico cuja história está ligada aos primeiros momentos dos esforços de ocupação do continente sul-americano por Portugal e Espanha. Espaço de conflito, cujas fronteiras regionais são fortemente marcadas pelas características naturais, uma vez que a ocupação do território efetiva-se a partir do eixo formado pela bacia do rio Solimões-Amazonas. Articulada a esse complexo hidrográfico, a floresta tropical úmida constitui, também, um dos elementos estruturantes da Região amazônica.

Desse modo, ao lado da diversidade de processos sociais que caracterizam a sua história social e econômica, a Região Norte é marcada por complexos ecossistemas naturais que a posicionam entre as regiões portadoras dos mais complexos sistemas de biodiversidade existentes no planeta.

Nos aspectos da urbanização, a região apresenta dois grandes centros populacionais – Belém e Manaus. O município de Belém e áreas adjacentes apresentam, de forma inequívoca, elementos de uma aglomeração urbana em processo de metropolização, enquanto Manaus, apesar de constituir um núcleo com extraordinário ritmo de crescimento demográfico, possui limitações em sua capacidade estruturante do espaço regional, em virtude de seu relativo isolamento.

Em 2000, a Região Norte possuía uma população de 12,9 milhões de habitantes, dos quais 3,6 milhões se classificaram como brancos (28,0%), 641 mil como pretos (5,0%), 29 mil como amarelos (0,2%), 8,3 milhões como pardos (64,0%) e 213 mil indígenas (1,7%).

Ao se focar a composição por cor ou raça da população da Região Norte (7,6% do total da população brasileira), observa-se, de imediato, a forte

predominância da população identificada como de cor parda (64%), enquanto a população de cor preta responde por cerca de 5% do total, observando-se, entretanto, que a dinâmica populacional na Região Norte sofreu alterações importantes nas últimas décadas devido a intensos fluxos migratórios, principalmente das regiões Nordeste e Sul, bem como fluxos de natureza intra-regional, determinando a importância da compreensão dos impactos desses fluxos quanto à composição da população no seu perfil por cor, origem cultural e étnica, entre outras variáveis relevantes (CASTRO, 2004).

Outro aspecto a ser considerado é o de que, na composição populacional da Região Norte, a população de cor preta tem uma participação inferior à média nacional (5% contra 6,2%), assim como a população identificada como branca detém a menor participação entre as grandes regiões (28% contra 53,7% de média nacional), enquanto, por outro lado, a população de cor parda atinge sua maior participação na composição populacional entre as grandes regiões: 64% contra 38,4% de média nacional.

Internamente à região, verificam-se diferenças significativas quanto à composição por cor ou raça da população, com percentuais variando entre 3,1%, de autodeclarados pretos, no Estado do Amazonas, e 7,1% no Estado do Tocantins (contra uma média nacional de 6,2% e regional de 4,9%), assim como a população de cor branca varia entre 24,2% no Amazonas, o menor percentual da Região Norte (e do Brasil), e 30,5% no Tocantins (contra uma média nacional de 53,7% e regional de 28%), enquanto a população de cor parda apresenta uma variação entre 60,6%, no Tocantins e 66,9% no Amazonas (média nacional de 38,4% e regional de 64%).

Por outro lado, o Estado de Rondônia assume uma posição singular, no contexto regional, alcançando expressivos 42,6% de autodeclarados brancos, da mesma forma que detém o menor percentual da população de cor parda da região (50,6%) e um percentual de pretos (4,6%), abaixo da média nacional, situação relacionada, em grande parte, às correntes migratórias com origem nos estados sulistas que acompanharam o deslocamento da fronteira agropecuária na Amazônia.

Castro (2004) chama a atenção para o fato de que, embora com importância relativizada, contingentes significativos de escravos aportaram nos

estados do Maranhão, Pará e Amapá, especialmente no período pombalino, em navios negreiros ou através de rotas clandestinas de comércio entre províncias, tendo participação decisiva nas atividades agrícolas das fazendas de gado, cacau, algodão, cana-de-açúcar e nas demais lavouras, no transporte e na navegação, assim como nos engenhos, nos moinhos e nas atividades extrativas, sobretudo na extração de madeira, ainda que esses empreendimentos arregentassem, preferencialmente, a mão-de-obra indígena.

Com a ocupação de terras incentivada pela política colonial, como estratégia econômica do capital mercantil, os grandes proprietários fundiários intensificaram a demanda por mão-de-obra escrava, sobretudo em função da importância adquirida pelo cacau na pauta de exportações e do incremento da produção de cana-de-açúcar, resultando num aumento da população escrava nos vales, onde também se cultivava o arroz, tabaco, milho e outros gêneros.

Com o aparecimento da borracha, no início do século XIX, consolidam-se as bases de um sistema agroextrativo que se manteria no próximo século e que, associado ao movimento político da Cabanagem, asseguraram a consolidação da presença negra no leste da Amazônia brasileira, onde povoados e cidades pequenas da atualidade reproduzem a cultura e a identidade dos grupos que se fixaram nas áreas rurais, dedicando-se a uma economia agrícola baseada na exploração da mandioca, milho e arroz, assim como a presença da população negra tornou-se expressiva nas grandes e médias cidades como Belém, Macapá, Porto Velho, São Luiz, Imperatriz, Santarém, Óbidos, Bragança, Ourém, Turiaçu, Soure, Igarapé-Miri, etc. (CASTRO, 2004).

Tabela 1

Proporção da população residente por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação - Brasil - Região Norte - 2000

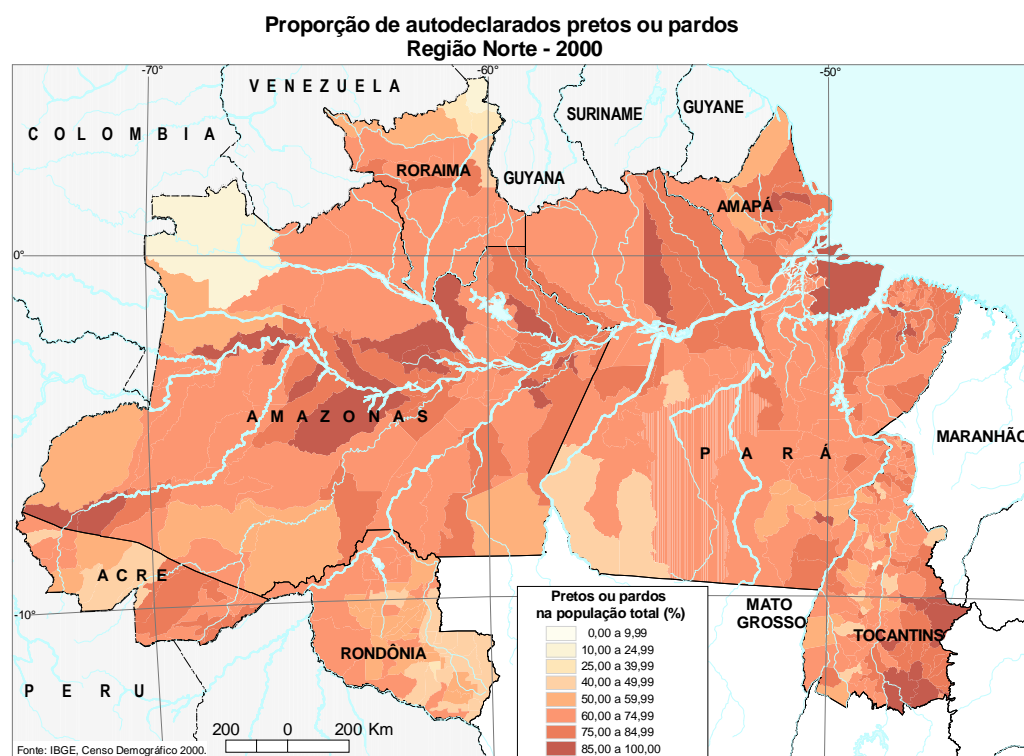
Brasil, Região Norte e Unidades da Federação	Proporção da população residente por cor ou raça (%)						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
BRASIL	100,0	53,7	6,2	0,4	38,5	0,4	0,7
NORTE	100,0	28,0	5,0	0,2	64,0	1,7	1,2
Rondônia	100,0	42,6	4,6	0,2	50,6	0,8	1,2
Acre	100,0	30,2	5,0	0,3	62,2	1,4	0,9
Amazonas	100,0	24,2	3,1	0,3	66,9	4,0	1,4
Roraima	100,0	24,8	4,2	0,1	61,5	8,7	0,6
Pará	100,0	26,1	5,5	0,2	66,4	0,6	1,2
Amapá	100,0	26,6	5,4	0,2	65,7	1,0	1,1
Tocantins	100,0	30,6	7,1	0,2	60,6	0,9	0,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nas análises estaduais a proporção mais elevada de autodeclarados pardos foi observada no Estado do Amazonas (66,9%), seguido do Estado do Pará (66,4%). Já o Estado de Rondônia (50,6%) apresentou a menor proporção de pardos dentre os estados do Norte do país.

Quanto aos autodeclarados pretos, o Estado do Tocantins (7,1%) se destacou com proporção acima da média nacional (6,2%).

Ao se agregar os autodeclarados pretos e pardos, três das Unidades da Federação atingiram proporções próximas a 70%, nesta ordem, Pará (71,9%), Amapá (71,1%) e Amazonas (70,0%).



Região Nordeste

A Região Nordeste abrange uma área de 1.554.257 km², que corresponde a 18,3% da área total do país. Nos aspectos demográficos, segundo o Censo 2000 a Região Nordeste tinha uma população de 47.741.711, que correspondia a 28,1% do total nacional. No universo populacional da Região Nordeste, 69,1% da população era urbana, enquanto que 30,9% estavam na categoria de população rural.

A Região Nordeste é a área de povoamento mais antigo e atualmente é a segunda do país em população tendo uma densidade superior a 30 hab/km² nas principais cidades, sendo que a maior parte do seu território é formada por extenso planalto antigo e aplainado pela erosão. Em função das diferentes características físicas que apresenta, a região encontra-se dividida nas sub-regiões: zona da mata, agreste e sertão, além do meio norte, que apresenta características de transição para a Amazônia.

As aglomerações urbanas metropolitanas do Nordeste – Salvador, Recife e Fortaleza - concentravam aproximadamente metade das atividades

econômicas secundárias e terciárias, constituindo, assim, os principais pólos centralizadores de bens e serviços e de população no contexto regional.

Em 2000, a Região Nordeste possuía uma população de 47,8 milhões de habitantes, dos quais 15,7 milhões se classificaram como brancos (33,0%), 3,7 milhões como pretos (8,0%), 67 mil como amarelos (0,1%), 27,7 milhões como pardos (58,0%) e 170 mil indígenas (0,4%).

De forma semelhante à Região Norte, a Região Nordeste também apresentou uma expressiva variação negativa (-8%) na participação de autodeclarados pardos na população regional total, em comparação aos dados censitários de 1991 (67,3% em 1991 e 59,3% em 2000), simultaneamente a um aumento de 2% na participação da população de autodeclarados pretos (5,6% em 1991 e 7,5% em 2000) e de 5% na de autodeclarados brancos (26,6% em 1991 e 31,9% em 2000).

Com efeito, essas duas grandes regiões guardam semelhanças significativas na sua composição populacional por cor ou raça, no que se refere ao contingente de brancos, que apresenta percentuais muito abaixo da média nacional (32,9% no Nordeste e 28% no Norte, vis-à-vis uma média nacional de 53,7%) e de pardos, que apresenta percentuais muito acima da média nacional (58% no Nordeste e 63,9% no Norte, vis-à-vis uma média nacional de 38,4%). Por outro lado, o contingente populacional de autodeclarados pretos no Nordeste é o mais alto entre as grandes regiões, atingindo 7,7% da população dessa região e 5% na Região Norte em comparação à média nacional de 6,2%.

Petrone (1970) observa que a fachada litorânea do Nordeste, graças ao desenvolvimento econômico escudado na lavoura canavieira, já havia conhecido um grande incremento demográfico desde o século XVI. Posteriormente, a atividade complementar da criação de gado, desenvolvida em caráter extensivo no sertão, permitiu que as correntes de povoamento, formada por criadores de gado, cobrissem o território nordestino, norteadas pelos pontos de água nos vales fluviais, dentre os quais destaca-se o eixo do povoamento interiorano, o Vale do Rio São Francisco, que, no século XVIII, já se articulava com as Minas Gerais, no papel preponderante de fornecedor de carne.

Internamente à Região Nordeste, cuja população equivale a 28,1% da população brasileira, o percentual de participação da população autodeclarada preta, varia entre 3,9%, na Paraíba e 13% na Bahia, a maior participação percentual entre as Unidades Federadas, da mesma forma que a população autodeclarada branca tem uma participação que varia entre 43%, na Paraíba, e 25,2%, na Bahia, a menor participação entre essas unidades político-administrativa, enquanto a população de autodeclarados pardos tem uma participação que varia entre 52,3%, na Paraíba e no Rio Grande do Norte e 64,6%, no Piauí.

Com efeito, a presença da população autodeclarada preta na Região Nordeste, a despeito da grande diversidade interna à região, é a mais forte entre as grandes regiões (7,7% contra uma média nacional de 6,2%), registrando-se percentuais bem acima dessa média nos estados do Piauí (7,7%), Maranhão (9,6%) e Bahia (13%) que, simultaneamente, são os Estados que possuem os menores percentuais de participação da população autodeclarada branca no Nordeste: 26,4% no Piauí, 26,7% no Maranhão e 25,2% na Bahia.

Por outro lado, a participação da população autodeclarada preta cai fortemente nos demais Estados da região, situando-se entre 3,9%, na Paraíba e 6,2% em Sergipe, da mesma forma que a população autodeclarada branca atinge seus maiores percentuais de participação nesses Estados, especialmente na Paraíba (42,6%) e no Rio Grande do Norte (42,2%), vindo a seguir os estados de Pernambuco (40,8%) e Ceará (37,3%).

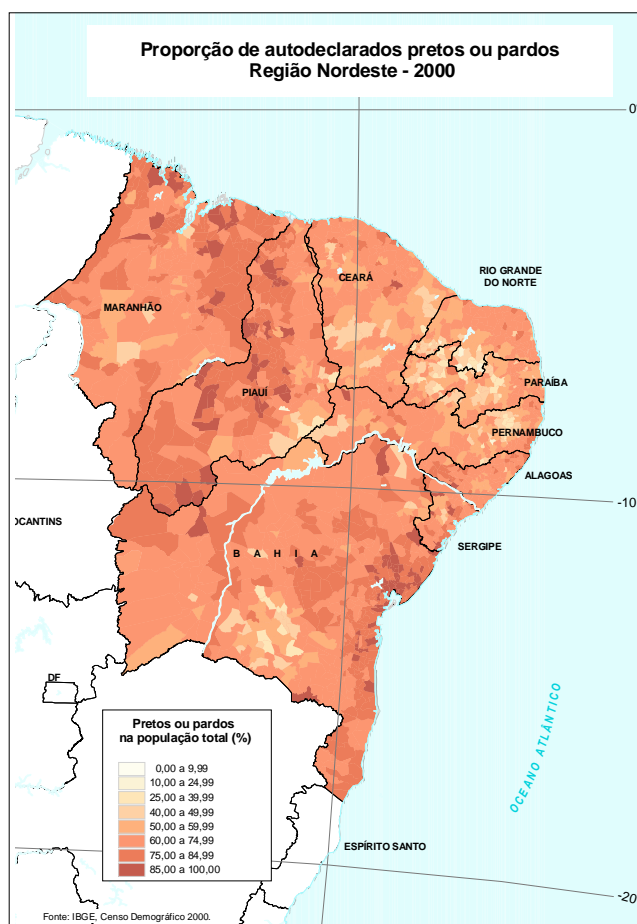
De maneira coerente, os percentuais de participação da população autodeclarada parda no Nordeste equivalem a mais da metade da população em todos os Estados, atingindo 60,1% na Bahia, 60,8% em Sergipe, 62,3% no Maranhão e 64,6% no Piauí.

Tabela 2

Proporção da população residente por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação - Brasil - Região Nordeste - 2000

Brasil, Região Norte e Unidades da Federação	Proporção da população residente por cor ou raça (%)						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
BRASIL	100,0	53,7	6,2	0,4	38,5	0,4	0,7
Nordeste	100,0	32,9	7,7	0,1	58,0	0,4	0,8
Maranhão	100,0	26,7	9,6	0,1	62,3	0,5	0,8
Piauí	100,0	26,5	7,8	0,2	64,6	0,1	0,9
Ceará	100,0	37,3	4,1	0,1	57,5	0,2	0,8
Rio Grande do Norte	100,0	42,2	4,6	0,1	52,4	0,1	0,7
Paraíba	100,0	42,6	4,0	0,1	52,3	0,3	0,8
Pernambuco	100,0	40,8	4,9	0,1	52,9	0,4	0,8
Alagoas	100,0	34,1	5,0	0,1	59,5	0,3	0,9
Sergipe	100,0	31,5	6,2	0,2	60,8	0,4	0,9
Bahia	100,0	25,2	13,0	0,2	60,1	0,5	1,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.



A composição populacional por cor ou raça do Estado do Maranhão, apresenta uma participação dos autodeclarados brancos de apenas 26,7%, a de autodeclarados pretos de 9,6% e a dos autodeclarados pardos de 62,3%, contrastando com a composição da capital São Luis, onde a participação de autodeclarados brancos (31,3%) é próxima à média regional, assim como a participação dos autodeclarados pardos (57,3%), embora a participação dos autodeclarados pretos (10,2%) seja superior à média estadual e regional.

Nas análises estaduais a proporção mais elevada de autodeclarados pardos foi observada no Estado do Piauí (64,6%), seguido do Estado do Maranhão (62,3%). Já o Estado da Paraíba (52,3%) apresentou a menor proporção de pardos dentre os Estados do Nordeste do país.

Quanto aos autodeclarados pretos, o Estado da Bahia (13%) se destacou com proporção bem acima da média nacional (6,2%).

Ao se agregar os autodeclarados pretos e pardos, três das Unidades da Federação atingiram proporções próximas a 70%, nesta ordem, Bahia (73,2%), Piauí (72,3%) e Maranhão (71,9%).

Região Sudeste

A Região Sudeste é formada pelos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e ocupa 10,85% do território brasileiro, com uma área de 927.286,2 km². Ela é a de maior população, somando 72.412.411 habitantes, em 2000, o que representava 15% da população do País. Apresentando um grau de urbanização de 80,9% com uma densidade demográfica de 78 hab/km², essa região abriga as três mais importantes metrópoles nacionais, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A economia dessa região é a mais desenvolvida e industrializada do país. Com efeito, com o processo de integração do mercado nacional comandado a partir de São Paulo, o Sudeste concentra mais da metade da economia nacional, apresentado uma rede urbana articulada por uma densa rede de transportes, através da qual exercida sua hegemonia sobre o espaço econômico nacional. Nesse contexto, além do setor industrial, sua agricultura

possui elevado padrão técnico e produtividade. O relevo planáltico fornece grande potencial hidrelétrico à região.

Em 2000, a Região Sudeste possuía uma população de 72,1 milhões de habitantes, dos quais 45,2 milhões se classificaram como brancos (62,6%), 4,7 milhões como pretos (6,6%), 514 mil como amarelos (0,7%), 21,4 milhões como pardos (29,6%) e 161 mil indígenas (0,2%).

Historicamente, a Região Sudeste, favorecida pela situação geográfica excepcional de seus dois núcleos maiores, Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo, constituiu-se em centro dispersor do povoamento durante a segunda metade do séc. XVII. As condições precárias da Ilha de São Vicente e da Baixada Santista, onde primeiro aportaram os colonizadores, limitada pela íngreme escarpa da Serra do Mar e ocupada, em grande parte, por zonas de brejo e manguezais, não ofereciam condições para uma atividade agrícola ou extrativa, forçando os primeiros colonizadores a se decidirem pelo interior (PETRONE, 1970).

Nesse sentido, São Paulo, o primeiro núcleo estável do Planalto Meridional, habitado por europeus e criado fora da orla litorânea, embora não muito distanciado, tornou-se o principal centro de dispersão do povoamento nacional, sendo responsável pela ocupação de extensas áreas do sul do País, através da criação de gado, assim como teve contribuição decisiva para o povoamento do médio Vale do São Francisco e de áreas do sertão nordestino, transformando-as em centros de convergência de população.

Da mesma forma, o núcleo de São Paulo tornou-se ponto de partida de expedições que utilizando-se do Vale do Paraíba e Embaú para atingir Minas Gerais, do Caminho do Anhanguera, para Goiás ou do rio Tietê, para Mato Grosso, detonaram o processo de devassamento ligado à preação de ameríndios e à conseqüente descoberta de jazidas auríferas e de diamantes, contribuindo para a consolidação dos núcleos de mineração e promovendo um povoamento essencialmente urbano, em contraste com o do sertão nordestino, rarefeito e de caráter econômico complementar à zona litorânea (PETRONE, 1970).

De forma inversa, nordestinos oriundos da Zona da Mata, já em decadência, subiram o São Francisco e dirigiram-se para São Paulo ou Rio de

Janeiro onde, através do caminho de Garcia Paes, atingiram as mais ricas zonas auríferas, trazendo os negros, em elevado número, que aí condicionaram a formação de uma etnia com predomínio do mulato. De qualquer forma, pode-se dizer que o povoamento nas áreas de mineração, ao contrário do povoamento nordestino, tiveram no litoral apenas um ponto de partida ou uma porta de entrada ou de saída (PETRONE, 1970).

Detentora da maior parcela da população do país (42,6%), a Região Sudeste apresenta uma composição populacional onde predomina o autodeclarado branco (62,3%), bem superior à média nacional (53,7%), da mesma forma que detém o segundo maior percentual da população autodeclarada preta (6,5%), superior à média nacional (6,2%) e inferior somente à média regional do Nordeste (7,7%), enquanto o percentual da população autodeclarada parda (29,5%), situa-se muito abaixo da média nacional (38,5%).

Internamente à Região Sudeste, pode ser observada uma profunda diferença na composição populacional por cor ou raça existente entre os percentuais dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, e os do Estado de São Paulo, diferença que se reflete na formação dos percentuais regionais e que podem ser explicados pela composição populacional do Estado de São Paulo que, por razões históricas, apresenta índices de participação por cor ou raça bastante diversos dos demais estados que formam essa macrorregião.

Com efeito, embora a participação relativa da população de cor branca seja de 62,3% para a Região Sudeste, essa participação nos três estados mencionados guarda maior proximidade com o índice nacional (53,7%), alcançando 48,8% no Espírito Santo, 53,6% em Minas e 54,7% no Rio de Janeiro. Da mesma forma, a participação percentual da população autodeclarada preta é de 6,5% no nível regional (e de 6,2% no nível nacional), embora com percentuais de 6,5% no Espírito Santo, 7,8% em Minas Gerais e 10,6% no Rio de Janeiro, enquanto a participação da população autodeclarada parda é de 43,7% no Espírito Santo, 37,6% em Minas Gerais e 33,5% no Rio de Janeiro, vis-à-vis uma média regional de 29,5% e nacional de 38,4%.

Tendo em vista esses índices, torna-se evidente que o peso da população autodeclarada branca do Estado de São Paulo (70,7%), contribuiu sobremaneira na elevação da média regional (62,3%), conforme os resultados do Censo 2000, enquanto, da mesma forma, as baixas participações da população autodeclarada preta (4,4%) e a da população autodeclarada parda (22,8%) forçaram uma diminuição da média regional de participação desses segmentos na composição populacional por cor ou raça da Região Sudeste.

Dessa forma, reafirmando a condição de primeiro núcleo estável de colonização européia do planalto Meridional, embora os registros estatísticos não permitam determinar com precisão as datas e volumes de entrada do branco no País, sabe-se que em relação aos portugueses, o principal grupo de imigrantes, o fluxo foi contínuo, sendo que o séc. XVIII, em virtude da atração exercida pelo ciclo do ouro e das pedras, e como resultado de políticas colonizadoras, foi o que registrou o maior afluxo de colonos portugueses e açorianos.

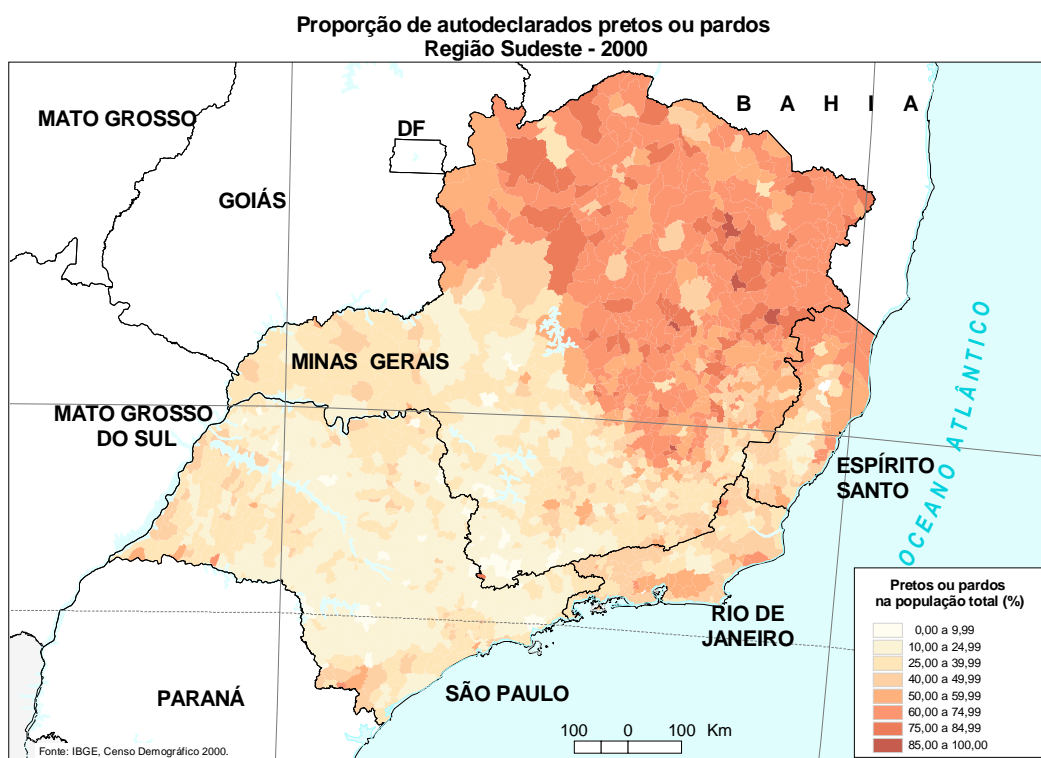
Já os italianos, segundo maior grupo em importância numérica, aportaram no Brasil ainda no período colonial, embora essa imigração tenha sido incrementada somente a partir da segunda metade do séc. XIX, com a chegada de grandes contingentes de imigrantes a São Paulo para trabalhar nas lavouras de café, em substituição ao trabalho escravo. Da mesma forma, porém em menor número, o imigrante italiano foi fundamental para o povoamento e o desenvolvimento econômico de extensas regiões localizadas, principalmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

Tabela 3

Proporção da população residente por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação - Brasil - Região Sudeste - 2000

Brasil, Região Sudeste e Unidades da Federação	Proporção da população residente por cor ou raça (%)						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
BRASIL	100,0	53,7	6,2	0,4	38,5	0,4	0,7
SUDESTE	100,0	62,6	6,6	0,7	29,6	0,2	0,2
Minas Gerais	100,0	53,6	7,8	0,2	37,6	0,3	0,6
Espírito Santo	100,0	48,8	6,5	0,1	43,7	0,4	0,5
Rio de Janeiro	100,0	54,7	10,6	0,2	33,5	0,2	0,8
São Paulo	100,0	70,7	4,4	1,2	22,8	0,2	0,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.



Região Sul

A Região Sul com 577.214,0 km² é a região que apresenta a menor área, ocupando apenas 6,75% do território brasileiro. Formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A população da região totalizava 25.107.616 habitantes, em 2000, o que representava 15% da população do País. Apresentava uma densidade demográfica de 43,5 hab/km². São encontrados traços marcantes da influência da imigração alemã, italiana, açoreana e de eslavos na região. É também conhecida pelas baixas temperaturas.

Inicialmente baseada na agropecuária, a economia da Região Sul desenvolveu importante parque industrial nas últimas décadas, transformando-se, após a Região Sudeste, no segunda região industrial do país. A mecanização da agricultura e também da agroindústria, favorecem a expulsão de famílias do campo para a cidade. A agropecuária continua a desempenhar importante papel na economia da região.

Em 2000, a Região Sul possuía uma população de 25,2 milhões de habitantes, dos quais 21,0 milhões se classificaram como brancos (83,4%), 941 mil como pretos (3,7%), 104 mil como amarelos (0,4%), 2,9 milhões como pardos (11,5%) e 85 mil indígenas (0,3%).

A região que hoje corresponde aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ficou um longo tempo à margem dos principais roteiros de povoamento, observando-se, contudo, que os açorianos pontilharam o litoral com atividades ligadas ao mar ou de caráter urbano, enquanto os espanhóis, vindos do sul, e os paulistas, oriundos do norte, ocuparam zonas de campos naturais, tanto nas terras onduladas do Rio Grande do Sul quanto do planalto Meridional.

A parte meridional do Brasil, território situado ao sul do trópico de Capricórnio, com condições climáticas que não favoreciam o desenvolvimento de lavouras tropicais de caráter comercial, apresentava-se pouco povoada e parcialmente desconhecida no início do séc. XIX, sendo palco de escaramuças entre espanhóis e portugueses pelo controle da bacia do Prata, assim como era parcial e extensivamente ocupada por criadores de gado, de origem

espanhola, embora fosse pontilhada por núcleos de origem paulista e açoriana, no litoral, e penetrada por criadores paulistas, atraídos pelos “campos limpos” da faixa planáltica (PETRONE, 1970).

Entretanto, as áreas florestais do sul do país, que ainda permaneciam intactas, tornaram-se, no decorrer do séc. XIX, objeto de numerosas tentativas de colonização por parte de grupos europeus de origem não lusitana, contando para isso com a iniciativa oficial e privada na criação de núcleos coloniais nas extensas terras florestais do Sul, antes e depois da independência, como atestam a vinda das primeiras levas de imigrantes alemães que se fixaram no Rio Grande do Sul e, mais tarde, em Santa Catarina e, em menor escala, no Paraná e em São Paulo. Data da mesma época a entrada de imigrantes de origem eslava, basicamente poloneses e ucranianos, que vieram a se fixar preferencialmente no Estado do Paraná, dedicando-se à agricultura, às atividades madeireiras e ervateiras.

Alguns desses núcleos transformaram-se em cidades importantes como Blumenau e Joinville, com população de ascendência germânica, Nova Trento, Crisciúma e Tubarão, com população de ascendência italiana, ou a zona serrana do Rio Grande do Sul, com população de origem germânica e italiana, nas cidades de Novo Hamburgo ou Caxias do Sul, onde sobressaem alguns dos poucos exemplos brasileiros de agricultores pequenos proprietários (PETRONE, 1970).

Já a presença do negro na Região Sul pode ser explicada pelas migrações internas, atraídas pelo desenvolvimento econômico e pelo deslocamento das frentes pioneiras associadas ao plantio do café, no Paraná. Entretanto, Rodrigues (1970) observa que a posição singular do Rio Grande do Sul, com a presença de um contingente de negros relativamente elevada, poderia ser explicada pela incipiente atividade açucareira registrada no litoral, acrescentada à circunstância de haver sido pequena a miscigenação, resultando num forte crescimento vegetativo do contingente de negros que ali se fixou.

Detentora de 14,8% da população total do Brasil, a Região Sul, no que diz respeito à sua composição por cor ou raça, evidencia as características históricas peculiares na formação desse contingente populacional, com o

predomínio absoluto da população autodeclarada branca (83,6%) e os menores percentuais, entre todas as macrorregiões brasileiras, de participação regional das populações autodeclaradas preta (3,7%) e parda (11,5%).

Internamente à essa região, verificam-se semelhanças entre os percentuais de população autodeclarada branca nos estados de Santa Catarina (89,3%) e Rio Grande do Sul (86,5%), assim como nos percentuais referentes à participação da população autodeclarada parda nesses estados (7% em Santa Catarina e 7,5% no Rio Grande do Sul). Por outro lado, os percentuais de população autodeclarada preta apresentam diferenças significativas entre esses dois estados sendo de 2,6% em Santa Catarina e de 5,2% no Rio Grande do Sul, o que eleva a média regional para 3,7%.

O Estado do Paraná tem uma participação da população autodeclarada branca de 77,2%, bem abaixo dessa participação nos outros dois estados sulistas, enquanto a participação da população autodeclarada parda (18,2%) situa-se bem acima dos percentuais de participação dessa população no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, ao mesmo tempo que a participação da população autodeclarada preta é de 2,8%, próxima à de Santa Catarina e bem abaixo da do Rio Grande do Sul.

A baixa participação desses segmentos na porção meridional do país como um todo constitui um dos traços marcantes de diferenciação dessa região no contexto nacional, conforme revelado pelo mapa da proporção de autodeclarados pretos e pardos, deixando evidenciada a diferenciada composição étnica dessa região no contexto nacional.

Finalmente, na escala nacional, pode-se afirmar que o processo histórico de inserção diferenciada das regiões no processo de ocupação econômica do território brasileiro explicou, no passado e referencia, na atualidade, os contornos da distribuição espacial dos pretos e pardos no país.

Tabela 4

Proporção da população residente por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação - Brasil - Região Sul - 2000

Brasil, Região Sul e Unidades da Federação	Proporção da população residente por cor ou raça (%)						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
BRASIL	100,0	53,7	6,2	0,4	38,5	0,4	0,7
SUL	100,0	83,4	3,7	0,4	11,5	0,3	0,6
Paraná	100,0	77,2	2,8	0,9	18,3	0,3	0,4
Santa Catarina	100,0	89,3	2,7	0,1	7,0	0,3	0,6
Rio Grande do Sul	100,0	86,6	5,2	0,1	7,5	0,4	0,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.



Região Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste ocupa 18,9% do território brasileiro, numa área de 1.612.077,2 km² e é formada pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A população da região em 2000 totalizava 11.636.728 habitantes e representava 6,5% da população total do país e se concentrava, em sua maioria na zona urbana. Essa região vive intenso processo de urbanização relacionado ao êxodo rural mais também devido ao aumento do fluxo migratório de outros estados brasileiros para os centros urbanos do Centro-Oeste. Em 2000, essa região apresentava uma densidade demográfica de 7,2 hab/km².

A agroindústria é o setor mais importante da região, cujo crescimento econômico ocorreu, em grande parte, movido pela expansão da fronteira agrícola sustentada tanto na lavoura modernizada de grãos, como a de soja, como na expansão do rebanho bovino, dentro de um sistema produtivo no qual essas atividades estão usualmente associadas à exploração madeireira. Cabe observar que a extração da madeira tem forte impacto na retirada da vegetação florestal do bioma amazônico que caracteriza grande parte do norte matogrossense. Em 2000, a Região Centro Oeste possuía uma população de 11,7 milhões de habitantes, dos quais 5,8 milhões se classificaram como brancos (49,4%), 537 mil como pretos (4,6%), 46 mil como amarelos (0,4%), 5,1 milhões como pardos (43,4%) e 104 mil indígenas (0,9%).

O Centro-Oeste, região que concentra a menor parcela da população brasileira (6,8%), permaneceu por longo tempo com uma ocupação rarefeita, em função de sua condição interiorana e de difícil acesso. Entretanto, não se tratava de um espaço vazio, mas, de acordo com Guimarães e Leme (2002), de um espaço que dispunha de núcleos importantes, embora dispersos, oriundos de uma ocupação descontínua e sustentada por uma base econômica tradicional, subproduto característico da atividade mineradora, forma de garantir a presença avançada da Coroa no oeste do país e responsável pelo surgimento dos primeiros povoados e vilas, e da pecuária extensiva, importante auxiliar na fixação dessa população.

Da mesma forma, Petrone (1970) observa que a ocupação de algumas porções dos Estados de Goiás e Mato Grosso, assim como grande parte do

Estado de Minas Gerais, iniciou-se no final do séc. XVII, como resultado da expansão do povoamento nordestino, orientada pelo vale do Rio São Francisco, vindo a estabilizar-se no século seguinte.

A composição atual por cor ou raça da população do Centro-Oeste, começou a ganhar contornos mais definidos no período 1930 e 1945, com a implementação de uma política de Estado de ocupação de fronteiras e preenchimento dos vazios populacionais, conhecida como *marcha para o oeste*, que modificou progressivamente a região. Com a interiorização de vultosos investimentos federais em eletrificação, telecomunicações e estradas de rodagem, que acompanharam a construção de Brasília, consolidou-se a expansão em direção às novas fronteiras de recursos naturais diversificados, acelerando dessa forma, o movimento migratório para o Centro-Oeste, alterando a composição étnica de sua população.

Ao se considerar a composição da população do Centro-Oeste por cor ou raça, verifica-se o predomínio da população autodeclarada branca (49,7%) que, embora com percentual bem superior ao das Regiões Norte e Nordeste, situa-se bem abaixo dos percentuais das Regiões Sul e Sudeste, enquanto, por outro lado, o percentual da população de autodeclarados pardos (43,7%) é bem superior ao das Regiões Sul e Sudeste, e o percentual de autodeclarados pretos (4,6%), situa-se abaixo da média nacional.

Internamente à Região Centro-Oeste, diferenças significativas na sua composição populacional podem ser identificadas, aí destacando-se tanto as relacionadas à ocupação pretérita dessa região, quanto as definidas pelos traçados das rodovias, algumas fundamentais no processo de ocupação recente, como a BR-163, que integrou o Sudeste à Região Norte, ampliando a influência sócio-econômica de Belém sobre o norte do Centro-Oeste e a BR-364, principal via de integração entre o Sudeste, o Centro-Oeste e os estados de Rondônia e Acre, no Norte do país.

Dessa forma, o Estado de Goiás e o sudeste do Mato Grosso, de ocupação mais antiga, efetivada através da mineração, possuem uma composição populacional por cor ou raça semelhantes, embora o Estado do Mato Grosso, por ter ficado sob a influência direta de Belém por um longo período, apresente os percentuais mais elevados de população de cor preta

(5,6%) e parda (47,9%) da região, bem como o menor percentual de população autodeclarada branca (44,1%). Por outro lado, grandes contingentes de migrantes dos estados do Sul vêm se fixando no norte do estado, a partir da modernização da agricultura de grãos em áreas de cerrado, o que explicaria diferenças intra-estaduais na composição por cor ou raça de sua população.

Da mesma forma, o Estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado do Mato Grosso na década de 1970 e mais próximo dos estados sulistas, possui uma composição populacional por cor ou raça que o difere do restante do Centro-Oeste, com um percentual de população autodeclarada branca (54,7%) superior à média regional e nacional, assim como os percentuais da população autodeclarada preta (3,4%) e parda (37,9%) constituem as menores participações da região e inferiores à média nacional.

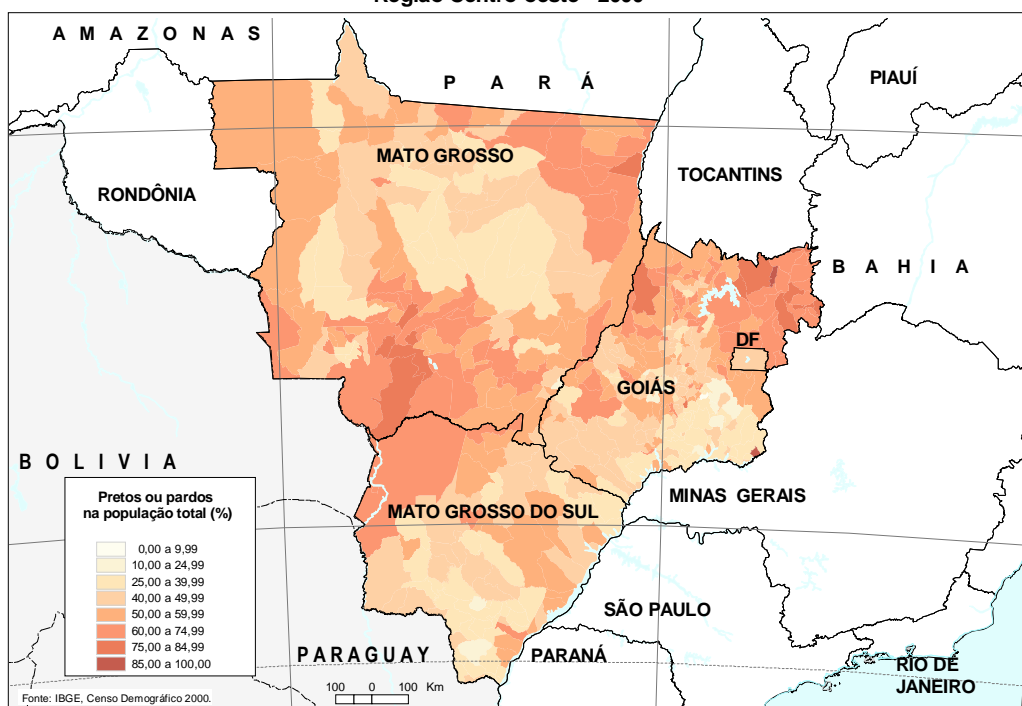
Tabela 5

Proporção da população residente por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação - Brasil - Região Centro-Oeste - 2000

Brasil, Região Centro-Oeste e Unidades da Federação	Proporção da população residente por cor ou raça (%)						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
BRASIL	100,0	53,7	6,2	0,4	38,5	0,4	0,7
CENTRO-OESTE	100,0	49,4	4,6	0,4	43,4	0,9	1,3
Mato Grosso do Sul	100,0	54,7	3,4	0,8	38,0	2,6	0,6
Mato Grosso	100,0	44,1	5,6	0,4	47,9	1,2	0,8
Goiás	100,0	50,7	4,5	0,2	43,5	0,3	0,7
Distrito Federal	100,0	49,2	4,8	0,4	44,8	0,3	0,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Proporção de autodeclarados pretos ou pardos
Região Centro-oeste - 2000



5.6 Distribuição da População Autodeclarada Parda e Preta para um Nível Maior de Desagregação Espacial

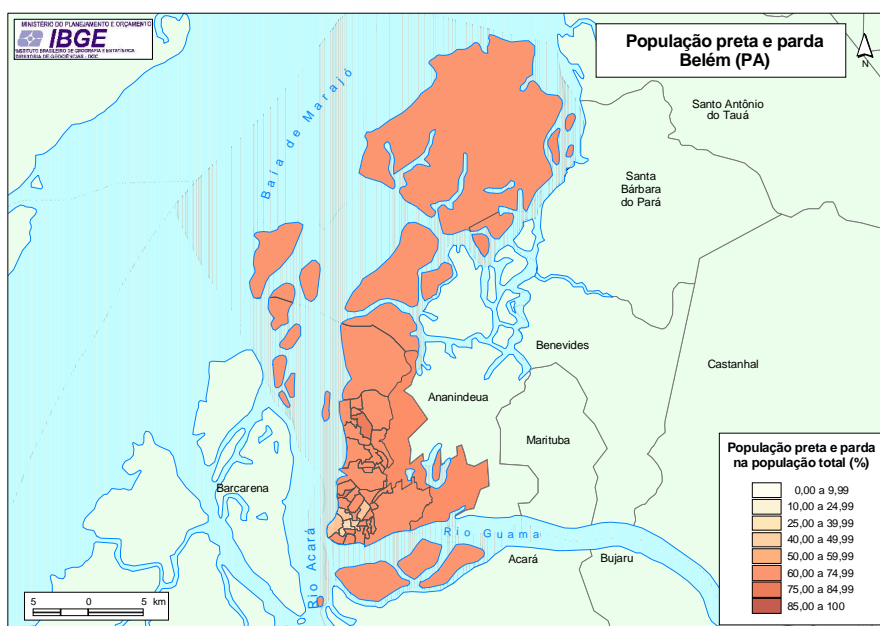
De modo a permitir uma abordagem mais detalhada da distribuição espacial de autodeclarados pretos e pardos, e com a finalidade de representar os diferentes níveis de participação desses segmentos na população, representaram-se espacialmente para um nível maior de desagregação geográfica, seis municípios – Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, Belém, Goiânia e Porto Alegre.

Conforme referido anteriormente, a introdução das pessoas autodeclaradas pretas no País, realizada através do tráfico de escravos, guarda uma estreita relação com os diferentes ciclos que pautaram a economia nacional, da Colônia à República, viabilizada, principalmente, pelos portos de São Luís (MA), Salvador (BA), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ), assim como através de Belém (PA), a partir da intensificação das atividades comerciais ligadas a estratégias do capital mercantil, tornando esses municípios

representativos das relações interétnicas que aí se estabeleceram e que perduram até os dias atuais.

Por outro lado, dois municípios foram incluídos nesse conjunto de municípios selecionados, Goiânia (GO) e Porto Alegre (RS), sintetizadores dos processos de introdução e absorção das pessoas autodeclaradas pretas ou pardas nas macrorregiões Centro-Oeste e Sul, que por não reunirem as condições necessárias à prática de uma agricultura comercial nos moldes mercantis, permaneceram à margem dos processos de dispersão populacional ocorridos durante os séc. XVII e XVIII, responsáveis pela interiorização das populações de cor preta/parda nas macrorregiões Norte, Nordeste e Sudeste.

O município de Belém apresenta uma composição populacional onde a presença da população branca é bem mais marcante, com 31,6% de participação, enquanto a população de cor preta tem um peso de 4,7% e os pardos 62,3%, evidenciando diferenças na formação dos contingentes populacionais residentes na capital e no interior do Estado.

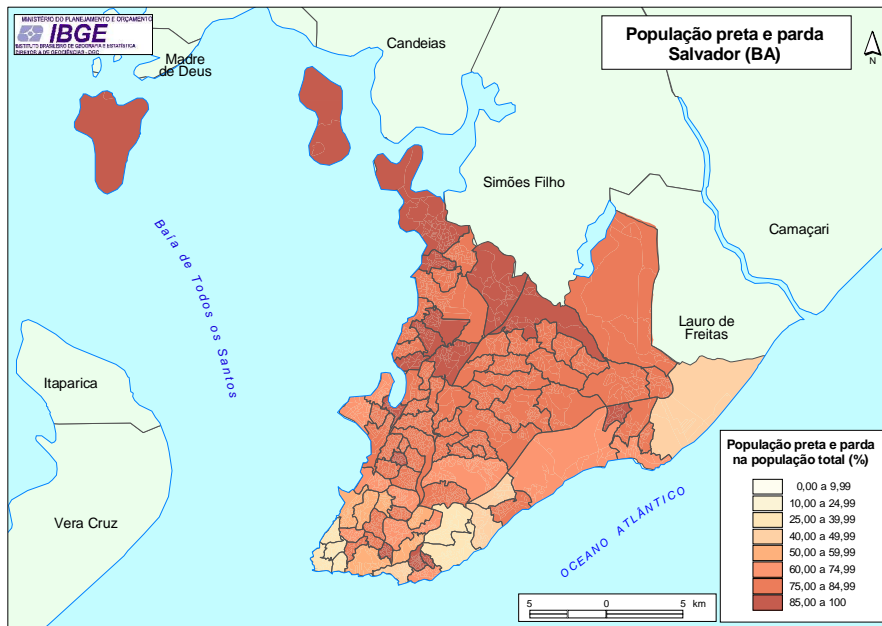


A composição populacional por cor ou raça do Estado do Maranhão, apresenta uma participação dos autodeclarados brancos de apenas 26,7%, a de autodeclarados pretos de 9,6% e a dos autodeclarados pardos de 62,3%, contrastando com a composição da capital São Luis, onde a participação de

autodeclarados brancos (31,3%) é próxima à média regional, assim como a participação dos autodeclarados pardos (57,3%), embora a participação dos autodeclarados pretos (10,2%) seja superior à média estadual e regional.



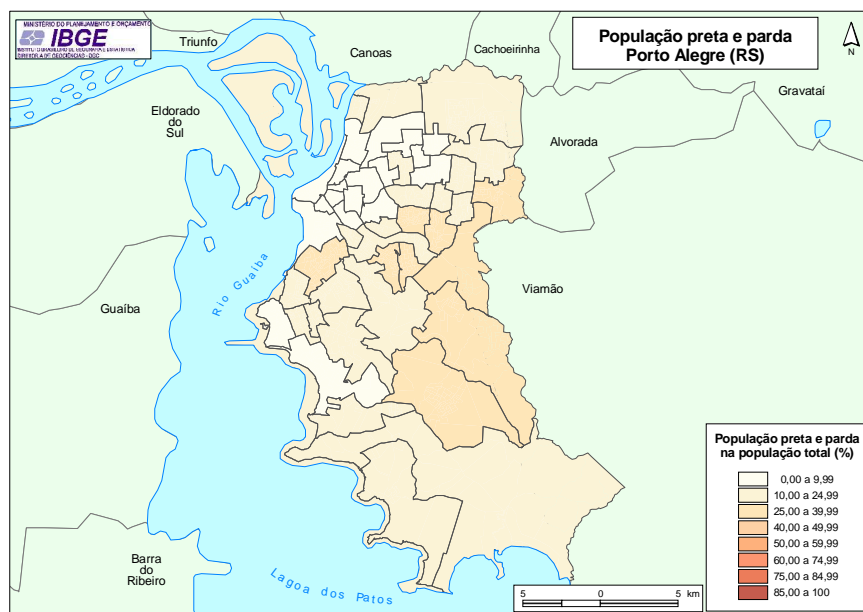
O Estado da Bahia apresenta uma composição por cor ou raça onde a participação dos autodeclarados pretos é bastante forte, chegando a 13%, enquanto a participação da parcela de autodeclarados brancos é de apenas 25,2% e a dos autodeclarados pardos chega a 60%. Entretanto, diferentemente dos estados do Pará e do Maranhão, na composição populacional da capital Salvador, a participação da população autodeclarada preta (20,4%) é significativamente maior do que as médias estadual e regional, assim como a participação dos autodeclarados brancos (23%) é menor do que essas médias, enquanto os autodeclarados pardos (54,8%) têm uma participação inferior às médias estadual e regional, indicando que, possivelmente, grande parte do contingente de escravos que aí aportou tenha permanecido nas lavouras localizadas em áreas próximas à Salvador.



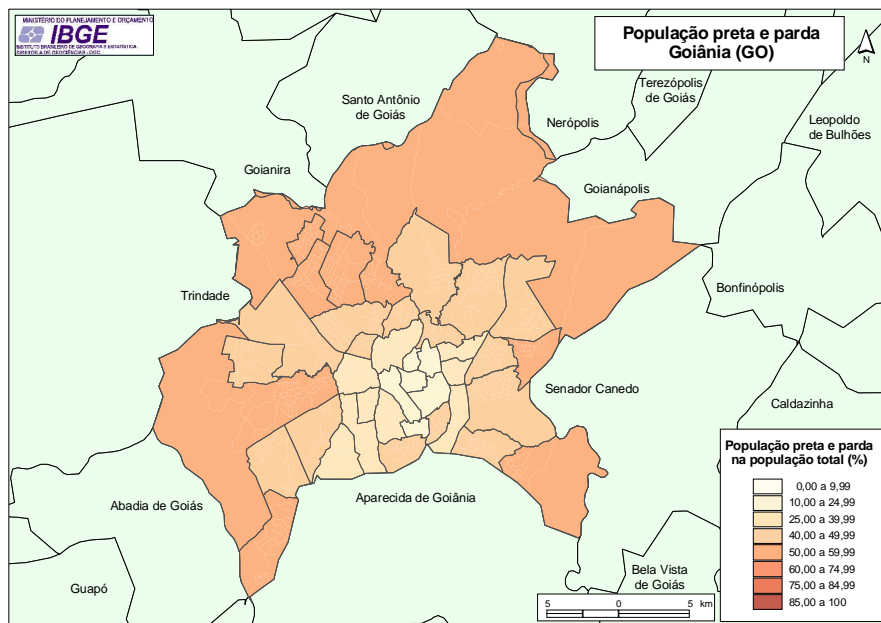
Também constituída por grande diversidade interna, a Região Sudeste teve no município do Rio de Janeiro um dos principais portos de entrada do escravo, o que se reflete em sua composição populacional onde é forte a presença da população de cor preta, atingindo índices de participação (9,4% no município e 10,6% no plano estadual) bem superiores às médias nacionais e regionais, enquanto a participação dos autodeclarados pardos é de 30,8% no município do Rio de Janeiro e de 33,5% no plano estadual, abaixo da média nacional e acima da média regional.



A composição populacional do município de Porto Alegre revela a presença marcante dos autodeclarados pretos (8,7%), enquanto o segmento de cor parda mantém-se no mesmo patamar do estadual (7,8%) e o contingente de brancos recua para 82,4%, aproximando-se do índice regional, reafirmando a hipótese de formação de um enclave de autodeclarados pretos, nessa capital.



Finalmente, a comparação entre os municípios selecionados revela a distribuição espacial desigual dos segmentos pardos e pretos no contexto urbano tanto em Salvador, São Luís e Belém, cidades com forte participação desses segmentos na composição étnica de sua população, como no Rio de Janeiro, com participação variando nas classes intermediárias e finalmente, Goiânia e Porto Alegre, que apresentam baixa participação desses segmentos em sua população.



6. Conclusão

A proposta metodológica deste trabalho é pioneira, no que se refere ao georeferenciamento da informação coletada quanto ao nível de desagregação, sendo assim o exame minucioso da informação se faz necessário, principalmente pelo grande volume de informações geradas. Todas as regiões brasileiras tiveram o mesmo tratamento, objetivando a elaboração do primeiro resultado do Acordo 914BRA3031 – IBGE/SEPPIR correspondendo ao “Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a Cor ou Raça – Pretos e Pardos”, que consiste num mapa em escala nacional com informação da população que se declarou preta e parda no Censo Demográfico 2000, em formato papel e pdf. O segundo resultado do acordo será “**CD-ROM - Indicadores e mapas em formato digital**” para um conjunto de municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos, enviados ao IBGE pela SEPPIR.

Equipe Técnica

IBGE

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Nilza de Oliveira Martins Pereira

Claudio Dutra Crespo

Claudia Bahia de Araújo

Mario Fernandes Filho

Jorge da Silva

Valéria Bourguignon Beiriz Monnerat (Consultora do Projeto)

Coordenação de Métodos e Qualidade

Sonia Albieri

Ari do Nascimento Silva (Consultor)

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Maria Luisa Gomes Castello Branco

Adma Hamam de Figueiredo

Jorge Kleber Teixeira Silva

Jose Antonio Sena do Nascimento

Cleber Fernandes

Marco Antonio Brito

Diretoria de Informática/

DEATE

Viviane Narducci Ferraz

Jose Carlos Louzada Morelli

SEPPIR

7. Referencias

- IBGE, Anuário Estatístico do Brasil - 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- _Censo Demográfico 1991: Manual do Recenseador. CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _Censo Demográfico 2000. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Série Relatórios Metodológicos, Vol. 25. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- _ <http://www.ibge.gov.br> , disponível em 01 de dezembro de 2005.
- _Tendências Demográficas, uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000” Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica Socioeconômica, número 10 ou 13 .
- _ Características Gerais da População, Censo Demográfico 2000 – Resultados da Amostra.
- _Manual de winR+. Redatam-Plus para Windows ver 1.1. Recuperación de Datos para Áreas pequeñas por Microcomputador. Programa desenvolvido pelo Centro Latinoamericano de Demografia – CELADE. CEPAL, Santiago, Chile.
- CASTRO, E. “Populações quilombolas na Amazônia: um olhar sobre o Brasil” – Revista Palmares nº5, Brasília, 2000.
- GUIMARÃES, E. N. & LEME, H. C. “Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste, Ed. UNICAMP, 2002.
- MARCÍLIO, M. L. “A demografia histórica brasileira nesse final de milênio”, in Revista Brasileira de Estudos de População, ABEP, vol. 14, n. ½, jan/dez., São Paulo, 1997.
- PETRONE, P. “Povoamento e colonização” In: AZEVEDO, A. Brasil a terra e o homem. Volume II. A vida humana. São Paulo, 1970.
- RODRIGUES, L. M. “As etnias brasileiras” . In: AZEVEDO, A. Brasil a terra e o homem. Volume II. A vida humana. São Paulo, 1970.